



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Assembleia da República Gabinete do Presidente
N.º de Entrada 276493
Classificação 61031021_1_1
Data 08/09/12

REQUERIMENTO

Número \_\_\_\_\_ / x ( \_\_\_\_ª)

PERGUNTA

Número 1 / x ( 4ª)

Expeça-se
Publique-se
15/9/2008
Q Secretária da Mesa M Correia

Assunto: **Estudantes sinalizados no âmbito das Necessidades Educativas Especiais**

*Por determinação de S.E. X.P.A.R., a  
Sra. Secretária da Mesa \_\_\_\_\_*

Destinatário: **Ministério da Educação**

08.09.12

*[Handwritten signature]*

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia da República

De acordo com algumas notícias veiculadas pela Comunicação Social durante a presente semana, o Ministério da Educação afirma que todos os alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE) estão devidamente sinalizados. No entanto, a mesma Comunicação Social divulga considerações do Professor Catedrático da Universidade do Minho, Miranda Correia, que apontam no sentido de existir um vasto número de estudantes com NEE sem que estejam sinalizados ou apoiados pelo Estado.

De acordo com as declarações tornadas públicas por esse Professor, cerca de 100 mil estudantes com NEE estão fora dos apoios pedagógicos, "situação que em muitos casos se transforma em graves problemas de insucesso escolar". De acordo com os estudos internacionais, Portugal deve ter cerca de 120 mil estudantes com NEE, o que representa 8 a 12% da comunidade estudantil. No entanto, o Governo estabeleceu o tecto dos 1,8% para a atribuição de apoios.

O Grupo Parlamentar do PCP já vinha denunciando estas medidas do Governo contra o Ensino Especial e contra a Educação Inclusiva. O Governo coloca-se numa linha de destruição dos avanços educativos e pedagógicos que Portugal foi construindo e alcançando e substituí o critérios eminentemente pedagógicos por critérios estritamente clínicos e médicos, estabelecendo uma relação linear entre a deficiência física ou mental e as necessidades educativas especiais, excluindo assim, largos milhares de



estudantes que se encontram carentes de apoios pedagógicos devido a outros motivos que não clínico, como os sociais, económicos e mesmo pedagógicos.

A Sr<sup>a</sup> Ministra da Educação dirigiu um conjunto de críticas, duras em alguns aspectos, aos estudos apresentados pelo já referido Professor, assim dando a entender que dispõe de estudos mais objectivos, mais criteriosos e mais credíveis.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais em vigor, solicito ao Governo que, por intermédio do **Ministério da Educação**, me sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. De que estudo ou estudos objectivos dispõe o Governo ou o Ministério da Educação sobre Necessidades Educativas Especiais
2. Com base em que critérios determinou o Governo a percentagem de 1,8 como indicativo dos alunos com NEE?
3. É ou não verdade que foi o próprio Governo que indicou esse número como indicativo, ou seja, como limite máximo para as sinalizações, antes de estas estarem efectuadas?
4. Com base em que critérios foi feita a sinalização dos anunciados 55 mil alunos sinalizados junto do Ministério da Educação?
5. Quantos dos 55 mil alunos sinalizados o foram à luz da Classificação Internacional de Funcionalidade e quantos foram sinalizados com base em critérios pedagógicos?

Palácio de S. Bento, 12 de Setembro de 2008

Deputado

Miguel Tiago